

ATA 04/2014

REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA

05.06.2014

1 Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, realizou-se no Salão Ouro
2 Negro na Prefeitura de Criciúma, a reunião ordinária com os membros do Conselho de
3 Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor Participativo de Criciúma. Os trabalhos
4 começaram às 19h e 15 min, com a presença dos membros relacionadas na lista de presença
5 parte integrante desta ata. A reunião foi aberta pelo Presidente Sr. Juliano da Silva
6 Deolindo que agradeceu a presença de todos nesta data, e passou a palavra ao arquiteto
7 Giuliano Colossi que fez a apresentação da pauta da reunião.
8 Primeiramente foi informado que foi encaminhado ofício para todas as entidades, bem
9 como entrado em contato através de e-mail, conversado pelo facebook, bem como foi
10 encaminhado ofício a todos os delegados, a fim de que fosse ratificado ou retificados os
11 nomes dos componentes das associações e/ou órgãos que fazem parte do CDM, sendo
12 explicado quem respondeu ou não, bem como informado a sistemática de comparecimento
13 e/falta das reuniões do conselho.
14 Após passou-se a apresentação dos seguintes tópicos da pauta. a) aprovar a ata da reunião
15 anterior, b) apresentação do ofício do Ministério Público Estadual, c) apresentação das
16 ações da câmara temática, ou seja as ações de todas as câmaras temáticas com aquilo que
17 elas vão trabalhar. Nós já havíamos começado as discussões para dar o início no
18 funcionamento das outras câmaras temáticas, visto que as demais estão no momento
19 paradas, mas a partir de julho, elas entram em funcionamento com as deliberações que cada
20 uma dispõe, ou seja, a partir de julho todos vocês serão convidados a participarem das
21 respectivas reuniões. A única câmara temática que está trabalhando no momento é a câmara
22 temática 02. Neste sentido as reuniões do conselho estão com a pauta única e
23 exclusivamente da câmara temática 02. Assim precisamos fazer com que as outras câmaras
24 temáticas também entrem em atuação. d) apresentação dos processos administrativos em
25 número de 12. e) pareceres da câmara temática de acompanhamento e controle do plano
26 diretor, f) votação da manutenção ou não dos pareceres da câmara temática.
27 A ata da reunião anterior foi encaminhada por e-mail para todos que tem e-mail, sendo que
28 não houve nenhuma sugestão nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores a reunião de hoje,
29 ficando esta aprovada.
30 A seguir passou-se a palavra ao presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal
31 Juliano da Silva Deolindo, fez a leitura na íntegra do ofício recebido da 9ª Promotoria de
32 Justiça, aquele que cuida das questões do meio ambiente, através do Dr. Luiz Fernando
33 Góes Ulysséa, na qual faz sugestão/recomendação da atuação do nosso conselho, no sentido
34 de que as decisões do conselho fossem temporariamente suspensas em relação aos
35 processos que envolvem Z-APA, áreas de proteção ambiental.
36 O presidente informou que o ofício foi respondido no dia seguinte, pois o mesmo solicitava
37 resposta de 24 (vinte e quatro) horas, eis que o presidente é mero representante, não

38 decidindo nada que é o grande grupo quem toma das decisões. Nesta resposta foi aduzindo
39 que os processos citados/solicitações no ofício do MPSC e que envolvem área de proteção
40 ambiental ficam suspensos “*ad cautelam*”, até a próxima reunião do conselho, a ser
41 realizada a princípio para o dia 05.06.2014, foi encaminhado também a ata da reunião, bem
42 como os documentos onde foram deferidos os processos. Informou ainda, que precisava
43 responder porque ele (presidente) fala pelo conselho, mas não decide pelo conselho, e na
44 sua opinião não haveria problema algum em ficar suspenso até a próxima reunião do
45 conselho, sendo que era por pouco tempo. Assim o conselho fez a sua parte e encaminhou
46 os primeiros processos, qual seja, da primeira reunião para a frente, eis que esses processos
47 já tinham sido encaminhados. Com relação aos demais mantiveram-se suspensos não foram
48 emitidos resoluções porque é uma recomendação do Ministério Público e é por isso deve
49 ser discutida, e o local é aqui, com cada um dando sua opinião para ao final decidir se
50 vamos ou não acatar a recomendação. O Sr. Eduardo Tasca disse que gostaria de falar
51 afirmando que: “É muito fácil sentar em uma cadeira e dizer “faça isso, faça aquilo” porque
52 não fizeram anteriormente, e ai eu pergunto para vocês da Prefeitura: Tem o Ministério
53 Público, poder para que fosse feito um levantamento das áreas, para que fosse feito um
54 mapeado todas essas áreas o que foi feito ou não, porque senão nós vamos fazer papel de
55 bobos, palhaços”. O presidente passou a palavra a Dra. Erica Ghedin Orlandin –
56 Procuradora Geral do Município, que responde pelo jurídico do município na qual assim se
57 manifestou sobre o ofício encaminhado ao conselho: “Para complementar o que o Juliano
58 colocou antes de iniciar os debates para informar que constantemente aqui na prefeitura a
59 gente tem respondido ao Ministério Público, principalmente ao Dr. Luiz Fernando, que
60 cuida desta área do meio ambiente, em relação às questões referentes ao parcelamento do
61 solo, enfim, quase todo dia chega expediente e normalmente a gente remete para a área da
62 Tânia, do Giuliano Colossi e as vezes até mesmo para a Famcri. A gente sabe que
63 recomendação hoje tem mero caráter recomendatório, ou seja, o município faculta a ele
64 diante das disposições que ele faz, acatar ou não. A princípio quando a gente entende que
65 tem que acatar, acata e quando não acata a gente segue em frente. A gente já teve uma
66 questão que foi bem pontuada e que foi a princípio tratada com o Ministério Público, que
67 foi bastante polêmica, no caso do Plano Diretor, em relação as edificações. O ano passado
68 eles pediram um documento aqui para o Município para que não aprovasse, enfim não
69 liberasse e mandasse suspender e cancelar todas as licenças que o município tivesse dado
70 com base no Plano antigo e protocoladas no plano antigo, em razão da restrição do novo
71 plano em algumas edificações, aquele período a gente não acatou, porque entendia que nós
72 estávamos fazendo com base no plano diretor, que a lei estava correta a gente tinha
73 observado tudo, foi judicializado e por fim acabou que se deu, não terminou o julgado
74 ainda, mas entendeu-se que o município estaria aplicando o plano diretor de maneira
75 correta. Neste caso em específico o que a gente fez. Como o conselho já teria deliberado os
76 primeiro processos num total de 05 casos, sendo que passou pelo parecer técnico, pela
77 câmara temática e depois pelo conselho, homologado pela secretaria de planejamento,
78 transformado em resolução encaminhado para o nosso setor que é a procuradoria e
79 transformado em projeto de lei e agora em complementar para análise pela Câmara de
80 Vereadores. No nosso entendimento aqui da procuradoria, que é entendimento do
81 município a gente está cumprindo todos os requisitos legais, a princípio se for falar
82 particularmente em nome do município e deixando aí para depois ouvi-los a gente está
83 cumprindo todos os requisitos, que não está ferindo lei nenhuma, até por assim, pois são

84 casos específicos e pontuais ninguém está pegando aqui uma área inteira que era zona de
85 preservação e transformando dizendo que ela passa a não mais ser, aí sim estaríamos
86 alterando o plano diretor, algo que foi construído participativamente. Esses casos no nosso
87 entender são bem pontuais, como isso já tinha sido debatido e esses documentos chegaram
88 meio que a *posteriori* a gente já deu encaminhamento, para o Ministério Público nós
89 encaminhamos toda a deliberação que foi feita aqui, todos os processos administrativos
90 com todas as decisões e deixamos lá. Enfim, o que eu queria ressaltar é que quando ele faz
91 uma recomendação que nem essa, alguns dos empreendimentos que ele já cita de início
92 como o da Weber e o da Civisul, inclusive eles já tem determinação judicial que
93 prossigam, então se a gente for acatar a recomendação nós voltamos um passo atrás,
94 inclusive de decisão judicial, porque enfim quem acaba decidindo é o juiz. A gente sabe da
95 importância do Ministério Público e que muitas vezes do que eles falam a gente já logo
96 acata de plano, mas neste caso aqui, enfim, o que nos competia e que ele pediu que fosse
97 bem claro era que mandasse o que era antigamente como é que funcionavam, onde estão
98 estabelecidas as Z-APAS, para então fazer uma comparação com essa agora, a gente
99 encaminhou também foi num ofício em separado, isso veio para o município, tá chegando
100 nas mãos dele, enfim, eu só vim aqui hoje colocar e esclarecer no entender nosso aqui,
101 formulado pelo nosso corpo jurídico da procuradoria é que quando a gente faz esse tipo de
102 processo tramitar aqui dentro do conselho cumprindo todos esses requisitos e por fim,
103 submetendo a apreciação do legislativo, a gente não tá ferindo lei nenhuma, decisão como
104 veio remetido para o conselho cabe a vocês a decisão. Por uma questão de relevância, a
105 pedido do nosso secretário de planejamento Jader Westrup marcamos uma reunião com este
106 promotor, fomos lá saber o que ele queria, o porquê desta situação e ele nos colocou enfim
107 que a dúvida dele, a preocupação dele é com relação as alterações de Z-APA, que ele quer
108 digamos que entender essas alterações antes de aprovar qualquer coisa, só que claro, enfim
109 a gente encaminhou esta documentação, nós colocamos toda a nossa posição e ficou bem
110 claro que ele não está questionando nada do que foi feito até agora porque sabe que
111 estamos trabalhando na legalidade, ele quer saber porque zonas que antes eram definidas
112 como zonas especiais de preservação deixou de ser e passou a ser residencial, ele quer essa
113 explicação e vice-versa. Ele chegou a falar que antes era Z-APA e agora não é mais Z-
114 APA, também questionou isso por isso solicitou que mandasse o antigo e o novo porque ele
115 quer fazer essa comparação, apesar que eu acho um pouquinho a destempo, porque enfim já
116 foi tudo aprovado, mas ele como promotor de justiça solicita a documentação e a gente
117 encaminha, enfim vamos por uma questão ordem". Pediu a palavra o arquiteto Giuliano
118 Colossi, onde afirmou que lembrando a todos que nós colocamos para o Promotor que essa
119 questão da Z-APA aqui do conselho já foi falado muitas vezes em vários processos
120 administrativos que os limites destas Z-APA podem voltar a ser os limites antigos
121 dependendo do plano de manejo, ou seja, tem como se fazer o plano de manejo para
122 retificar alguns desses erro que a gente sabe que existem nestas Z-APAS e para definir
123 realmente o que é APP, VPP, isso foi deixado bem claro para ele. Foi feito um comparativo
124 entre a quilometragem quadrada das Z-APAS que existiam, a quilometragem quadrada das
125 Z-APAS da lei antiga e da lei nova, e aumentou mais na lei nova. Então isso foi entregue
126 para ele, mostrando em mapas que houve aumentos das áreas de Z-APA que precisaram do
127 plano de manejo e da ZEPs antigas. Só dando continuidade, pediu apalavra o Sr. Eduardo
128 Tasca: "Primeiro nós somos legítimos representantes do Ministério Público Estadual e
129 Federal, se nós estamos aqui é porque houve uma exigência que aqui nós estivéssemos e as

130 coisas fossem assim decididas, porque nós teríamos autonomia como bons cidadãos em
131 nome e em função da coletividade. Me estranha muito quando manda um documento
132 destes, já fazendo interferência direta a uma construtora, isso para mim não deve seguir
133 como regra é como uma forma já denunciante para nós, é como dizer que o cara já é
134 criminoso. Quem conhece Criciúma e nós conhecemos bem, Criciúma foi revirada e
135 aterrada. Numa outra reunião, não sei bem se a passada ou retrasada, que eu falei inclusive
136 que a Famcri - Fundação de meio ambiente está usando mapa da década de 1950, o que é
137 um grande pecado para a sociedade e para quem quer montar um empreendimento que é
138 um falso mapa... falso mapa, volto a repetir, aquele mapa eu nem vou dizer a vocês, porque
139 respeito você, onde é que deveriam colocar aquele mapa, porque eles deveriam fazer um
140 levantamento técnico atualizado e abandonar todo aquele, porque aquilo é um absurdo, a
141 mineração veio, na primeira linha e em tudo quanto é lugar. Aqui onde é Vila dos
142 engenheiros foi tudo minerado, então acabou os recursos hídricos todos que possuíam você
143 sabem disso, e então a Famcri mandou para o promotor um mapa de 1950 e vai lá e vê as
144 canetadas dizendo que não é possível e assim e assim. O cara dispõe pela coletividade, mas
145 não vamos julgar agora o empresário como sendo um criminoso, nunca vou fazer isso. O
146 empresário se dispõe a dar crédito de seus valores para construir a cidade, se ele não auferir
147 lucro, vivemos num mundo capitalista gente, isto é mais do que normal, então abandonar o
148 capitalismo e voltar ao socialismo ou um comunismo, então acaba com tudo, e aí é muito
149 fácil mandar uma recomendação dessa, se nós não tivermos preparados aqui, não se aceita a
150 recomendação e Criciúma pára. Como vocês estão vendo a BR 101 e um monte de coisa tá
151 acontecendo tudo parado em função de recomendação, ai depois volta, vai, vem e vem, e no
152 final não dá em nada, só vai atrasando, então nós temos que nos posicionar aqui, nós somos
153 representantes legítimos e a nossa voz tem que ser ouvida e tocar para a frente e pronto." O
154 Sr. Jeferson Aléssio pontuou que a partir dessa premissa legal que o Sr. Tasca bem coloca,
155 nós somos cidadãos de bem, nós representamos a coletividade e esse é um fórum de
156 cidadãos de bens, tanto que nas outras reuniões que aqui fizemos, as coisas foram
157 discutidas, muita da pauta colocada foi aprovada pela câmara temática por unanimidade e
158 por este conselho por unanimidade e assim sendo a gente também procura o benefício da
159 cidade como um todo. O Sr. Diógenes Nunes Almeida colocou que nós estamos analisando
160 muito bem quando se coloca a Z-APA se pode ou se não pode, quais são as consequências
161 dos empreendimentos que estão sendo feito, até seria interessante o Promotor vir numa
162 dessas reuniões (a gente fez esse convite, afirmou a Dra. Erica) e ver de que maneira nós
163 estamos trabalhando cada assunto, cada pauta para que ele pudesse fazer um estudo de
164 valor do que está sendo feito aqui, porque na verdade a promotoria, como bem posto aqui
165 existe em prol da coletividade, e a coletividade está sendo representada por todas as
166 associações de bairro aqui nesse fórum, então nada melhor do que se ele estivesse aqui pra
167 ver o que ele representa também, porque aqui sim ele estaria mostrando o povo que ele
168 representa na cidade quando faz um ofício no escritório, então acho, isso é importante
169 também que nós continuamos aqui fazendo o nosso papel, podemos ter discussões
170 divergentes, pontos de vista divergentes, mas somos um fórum para trabalhar pelo benefício
171 da cidade, o crescimento da cidade, porque senão não faz sentido nós sairmos de casa numa
172 noite chuvosa dessa e virmos aqui sem ganhar nada em prol do município. O Sr. Joacir
173 Milanez dá boa noite a todos. Eu também fico muito chateado porque veja bem nós estamos
174 aqui todos sem ganhar nada, perdendo nosso tempo, não é honroso. Honroso quando você
175 lê um documento desse acusatório, honroso é se nós recebêssemos um documento que na

176 primeira frase dizia assim, parabéns ao conselho pelo tempo que se dedica, mas não já
177 denunciando então isso, eu acho que nós deveríamos assim é mostrar a nossa indignação,
178 dentro da ética, mas eu acho que esse conselho deveria emitir um documento que mostrasse
179 a nossa indignação para com esse cidadão, porque um dos parcelamentos que a Dra.
180 mencionou ali, tenho um inquérito, com 17 laudas, até ecologicamente não é correto,
181 porque ele deveria economizar, não sei quanto tem este do conselho, (este tem 05 laudas
182 afirmou o Dr. Juliano). Eu manifesto no sentido de que o nosso trabalho está dentro da
183 legalidade, nós temos que dar prosseguimento e minha opinião é a seguinte: essa suspensão
184 que foi feito ai *ad esperando*, a reunião, a minha opinião é que de prosseguimento, toque o
185 barco. O Sr. Diógenes Nunes Almeida, também dá boa noite para todo mundo, "tenho duas
186 colocações e que a procuradora no processo ali diz quando a secretaria elabora, não é
187 encaminha a lei, é o projeto de lei que vai para a Câmara de Vereadores. A segunda é assim
188 quem conviveu comigo durante toda essa elaboração, inclusive uma das pessoas quando eu
189 tive uma desavença com ele. O Giuliano falou uma vez assim: "Tu vai lá no Promotor e
190 denuncia, mas eu fui no promotor e ele falou, não nessa agora, mas anteriormente, quando
191 eles fizeram as alterações eu fui no Ministério Público e disse para ele. Doutor agora sim
192 mandava um parecer desse mandado parar o processo legislativo que estava lá, pois estava
193 adulterando o processo estava aqui e o que ele me respondeu, ele respondeu para min, Eu
194 disse doutor se o senhor não trancar esse tipo de aprovação todo o processo ali o que vai
195 acontecer, o senhor vai ficar com "n" problemas do que já aconteceu junto a união, não
196 sei o que, querendo mandar um parecer, pedindo tudo, eu fiquei assim né, porque não agiu
197 antes de aprovar a lei, ou seja, agora eu como cidadão que participei de todo o processo, eu
198 fico indignado com esse tipo de problema, porque hoje aconteceu, porque se você pode
199 evitar uma lei que ia trazer um monte de empecilho, para que você vai elaborar uma lei
200 dessa tá, era uma lei que estava em análise na câmara e em duas sessões, nós tivemos 04
201 anos ali e em duas sessões aprovaram 468 artigos da lei, é brincadeira mas ele não deu
202 atenção e eu fui lá e ele disse vão dizer que eu estão atrapalhando o desenvolvimento do
203 município, atrapalhando esta agora, ai depois que foi aprovado ele quer reverter a coisas, os
204 processos , eu fico bravo por isso ai porque para mim assim certo, se eu vejo que estou
205 dentro da lei, nesses processo o mapa que ele fala, eu sei que estou dentro da lei, porque eu
206 fico indignado, porque trabalhei por 25 anos com esse tipo de mapa o que acontece agora
207 fica, o Giuliano já colocou ali que as lista dos delegados que não estão comparecendo
208 porque a maioria está se sentido assim, porque assim no ritmo que vai em seis meses não
209 tem mais ninguém em seis meses vocês vão ter que arranjar gente, porque se for voluntário
210 mesmo, sem pagar nada vai sair, dando um abraço, e ainda levando paulada, sujeito ainda a
211 ser processado ainda por causa disso ai." O Sr. José Martinelo expôs que acha que: "Nós
212 estamos criando uma polêmica para uma coisa que o Promotor Público está aí para fazer
213 com que a lei seja cumprida, para fazer com que as coisas funcionem, para defender." (Mas
214 tem que ter bom senso, alguém gritou). "Calma tu já falou cara, agora espera pra que ele
215 está observando as coisas, para fazer as coisas funcionarem. Todos nós aqui sabemos que
216 esse plano diretor é uma coisa complicada foi uma coisa muito disputada, foi uma coisa
217 muito polêmica, então se levou 06 anos para funcionar, então isso ai teve pressão de tudo
218 quanto foi lado, ninguém conseguiu fazer o plano que queria fazer então é muito legitimo
219 que hoje o promotor observe isso de perto e tente fazer alguma alteração naquilo que ele
220 acha que não é correto, nós somos representantes da população de Criciúma, somo
221 legalmente eleitos, somos, mas também erramos gente. Se daqui a pouco o homem lá

222 perceber que nós fizemos alguma bobagem, vamos assumir isso e vamos discutir e tocar as
223 coisas para frente agora vamos ficar jogando pedrada no homem". (Mas ele tinha que estar
224 aqui, ele não vem, alguém gritou). "Eu tô falando agora, escutem eu escutei vocês. É isso.
225 Só a título de esclarecimento, queria que me perdoem, eu gostaria de saber da câmara
226 temática se nós, o que foi aprovado na câmara temática e me parece que vai ser referendado
227 aqui hoje, me parece que seria referendado hoje", Não, Não já foi! (Alertou o Giuliano
228 Colossi). "Se houve desobediência ao plano diretor, se por exemplo aqui que tá citado ali,
229 no trecho do loteamento do Sr. João se houve desobediência ao plano diretor?" O Sr.
230 Giuliano Colossi respondeu a pergunta aduzindo que: "Não houve desobediência ao plano
231 diretor porque o que nós estamos fazendo é tudo dentro da lei e o que está dentro dos
232 artigos do plano diretor, nós estamos utilizando e participando no conselho os assuntos que
233 trazem dúvidas e a gente está aqui para esclarecer, os assuntos são levados a discussão na
234 câmara temática, trazemos até o grande grupo, no grande grupo a gente coloca a todos,
235 depois a gente vota concordando ou não, perfeito. Em relação ao plano diretor ele assim
236 coloca sobre o conselho: "*O conselho ele coordena conjuntamente com o órgão de*
237 *planejamento municipal legalmente instituído, atualização complementação, ajustes e*
238 *alteração deste do plano diretor.*" O Sr. José Martinelo esclareceu que está perfeito, o que
239 eu quero esclarecer o conselho aprovou uma dúvida que havia ou aquela área lá é no plano
240 diretor é Z-APA e não pode ser desmembrada, ou no plano diretor está previsto que ele
241 pode ser desmembrada, o que o plano diretor coloca. Os projetos que estavam em tramite,
242 no caso dos loteamentos. A Sra. Tânia Barcelos Nazari explicou que: "não, não é isso que
243 ele perguntou." O Sr. Ayser Guidi perguntou o que já foi protocolado até hoje tá dentro do
244 plano, o que a gente votou. A Sra. Tânia respondeu que votamos um da civisul, que ele cita
245 ali, o loteamento São Lorenzo, que já estava aprovado. Se me dá uma parte, Sr, Ayser
246 solicita. (...) "Esses três processos citados não passaram pelo conselho". A resposta foi que
247 não, o civisul passou, o São Lorenzo passou (aquele do São Defende) ele é um projeto
248 aprovado de loteamento de 2012. Aquele do São Defende, então ele foi aprovado em 2012
249 como zona ZR1, ele está aprovado só que ele também tá condenando porque virou Z-APA
250 hoje pelo novo plano diretor estou certo de que a gente fez este ajuste , a gente alterou o
251 zoneamento para ZR1 de novo considerando que ele tem o direito, se ele foi aprovado em
252 2012, em 2012 não tinha plano diretor tinha sim, tinha o anterior foi este tipo de ajuste que
253 a gente fez, não pegou uma área limpa e mudou, concordo com o Martinello não tem que
254 partir para o confronto nenhum, e creio não seja intenção da mesa partir para o confronto
255 com o Ministério Público. O Ministério Público está ora para nos condenar ora para nos
256 auxiliar é isso mesmo e isso é da natureza deste órgão, nós estamos cumprindo nosso papel
257 e que foi aprovado e que se for o caso, e se entender que tome outros providencias e pronto.
258 Nada de estar entrando em confronto, brigando. O Sr. Eduardo Tasca disse que era
259 contrário ao Sr. Ayser, eu acho que o conselho tem que se posicionar para ele e dizer que o
260 conselho é constituído e que o conselho vai tomar as decisões se ele quiser ele poderá vir e
261 participar, eu acho que as decisões do conselho se a gente foi contrario a lei ele que abra
262 uma ação naquela situação ai é uma condição nós não temos que estar informando ele de
263 nossa decisão, se ele quiser que venha aqui ele que venha participar das reuniões. Não sei
264 eu sinceramente não sei. O Sr. Sérgio Hulse falou que a procuradora do município disse
265 com muita serenidade não é um caso absurdo, que ele, podendo ele sugere e eu acho que
266 isto não vai ter impedimento a mais, absolutamente nenhum de nós, acho que nós devemos
267 seguir a orientação dela, porque deixa só eu esclarecer, falou o presidente, é uma

268 recomendação, o que é uma recomendação ele entende durante este inquérito civil, e deixe-
269 me explicar, até porque dessas construtoras que apareceram aqui, existem uma inquérito
270 civil onde existem mudanças, suposta mudança de zoneamento e que ele colocar esses 4 ou
271 5 casos aqui num inquérito civil para investigar e ele citou como exemplo. Não era o nosso
272 caso. O Sr. Eduardo Tasca disse que ele não deveria citar, o pior de tudo é que ele, coloca
273 que, ele citou a civilsul e a weber, só que essas já estavam registradas. A Dra. Erica colocou
274 que entende o posicionamento do ministério público como fiscal da lei já disse aqui
275 inúmeras vezes a gente acatou a recomendação do ministério público e a nossa função aqui
276 não é discordar ou virar oposição ao ministério público, a gente não quer isso, o que a gente
277 está colocando, é que a partir do momento que veio esse ofício aqui, nós paramos para
278 marcar uma hora para conversar com ele e perguntar exatamente o que ele queria, todo o
279 material que ele solicitou foi encaminhado que era o antigo e o novo plano diretor, mapas,
280 pareceres, a gente encaminhou, mas assim, o que hoje está sendo proposto aqui e se vocês
281 enquanto conselheiros vão acatar essa recomendação de suspender todas as decisões que
282 estão sendo tomadas ou vão continuar imbuídos do que vocês foram delegados a fazer e
283 tocar isso pra frente, daí a gente não aceita e caso venha uma ação judicial, lá na frente a
284 gente vai ter que enfrentar e aí eu digo isso enquanto procuradoria a gente assume isso e aí
285 é o juiz que vai decidir se ele está correto ou se é o Conselho que está correto. O Presidente
286 do Conselho concluiu os fatos, e sugeriu que se votasse. Se de repente alguém tiver algo
287 diferentemente a acrescentar, a gente já leu o parecer do Ministério Público. Eu só acho que
288 o conselho tem que se manifestar, nos temos que informar ao MP, porque é exatamente isso
289 que a gente precisa colocar em votação, nós vamos colocar em ata, e aí o que decidirmos
290 aqui a gente informa, não sei, porque alguém disse para não informar o MP e tal, essa é
291 outra questão informamos ou não informamos, só que assim temos obrigação de informar a
292 gente sugeriu mas não vem ao caso. Deixa eu explicar falou o presidente Juliano, Pela
293 Constituição Federal o MP tem suas atribuições e esta não está lá elencada. Ele na verdade
294 não poderia participar do conselho vamos colocar e votação. A Sra. Zeta Machado
295 perguntou e o Giuliano Colossi respondeu que o MP está questionando algumas decisões
296 dadas em áreas de proteção ambiental. Gente por uma questão de ordem é mais um
297 esclarecimento ele como observador e defensor da lei ele com essa posição tem o direito
298 atribuição em determinado ponto de chamar a atenção nossa, "olha houve tal engano", "vou
299 pedir tal informação?". Sim foi feito por isso temos que colocar em votação precisamos
300 responder se aceitamos a recomendação ou não, eu vou ler o último parágrafo da
301 recomendação, disse o presidente do CDM. *Recomendamos ao ilustríssimo presidente do*
302 *CDM senhor Juliano da Silva Deolindo com base nos argumentos acima mencionados que*
303 *não sejam emitidos quaisquer pareceres favoráveis a implantação de empreendimentos*
304 *situados em área definida tanto pelo plano diretor vigente como Z-APA visando*
305 *resguardar as áreas de proteção ambiental em face do princípio da não regressão*
306 *ambiental caso já tenham sido emitidos pareceres em favor dos empreendimentos situados*
307 *nas áreas definidas tanto pelo plano antigo como o vigente como áreas de proteção*
308 *ambiental que sejam suspensos com a identificação dos empreendimentos requerendo que*
309 *se encaminhe com os demais documentos.* Por isso eu gostaria que quem opina por acatar
310 essa recomendação que levantem a mão. A Sra. Zeta Machado levantou alegando que tem
311 dúvidas com relação Z-APAs. O presidente esclareceu que tem que ter uma votação,
312 porque não tem como atender *meia* recomendação ou se acata ou não. Alguém informou
313 nós não estamos aqui para alterar o plano diretor, somente fizemos alguns ajustes que

314 estavam pendentes. A Procuradora informou que nós fomos em reunião com 05 pessoas
315 para falar com o promotor (Tânia, Giuliano Colossi, Erica, Jader e Juliano Deolindo).
316 Além da Zeta mais alguém concorda em acatar a recomendação do MP, então fica 01 voto
317 a favor e a grande maioria (38) contrários a acatar a recomendação. Após ser questionada
318 novamente e esclarecidas as dúvidas a Sra. Zeta optou por se abster da votação. Assim com
319 01 abstenção e pela maioria(38) foi decidido não acatar a recomendação do Ministério
320 Público. O próximo assunto da pauta é a apresentação das ações das câmaras temáticas.
321 Nós já havíamos falado disse Giuliano Colossi que as câmaras temáticas vão começar as
322 reuniões a partir de julho, porque é quando acaba a Copa do Mundo. Só para lembrar a
323 partir de julho nós chamaremos para as reuniões das demais câmaras temáticas. A 2ª
324 câmara temática que é a que está funcionando hoje, talvez ela de uma parada e aí a gente
325 começa a trabalhar com as outras câmaras temáticas. Por conseguinte agora temos que
326 colocar em pauta os julgamentos dos processos num total de 12, que foram analisados pela
327 Câmara temática de acompanhamento e Controle do PD. A seguir foi dada a palavra a
328 arquiteta Tânia Barcelos Nazário, para que fizesse breve histórico de cada processo, bem
329 como apresentasse a conclusão da Câmara Temática para então colocar em votação,
330 passando a seguir ao julgamento dos referidos processos na seguinte ordem:

331 1º - **Processo nº 419832** – requerente: **Francisco de Oliveira Alexandre**. A câmara
332 temática concluiu que a solicitação deva ser deferida, já que o uso para o oficina mecânica
333 é permissível, e nas proximidades já estão implantadas e em funcionamento este uso de
334 solo. O conselho acompanhou o parecer da Câmara Temática, sendo aprovado por
335 unanimidade.

336 2º - **Processo nº 421312** – requerente: **Diacir Carlos Pavei**. A câmara temática concluiu
337 que a solicitação deva ser reconsiderada somente após a elaboração do plano de manejo da
338 Z-APA, na qual o imóvel está inserido. O conselho acompanhou o parecer da Câmara
339 Temática, sendo aprovado por unanimidade.

340 3º - **Processo nº 421813** – requerente: **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -**
341 **SENAC**. A câmara temática discutiu que na observação 9 do Anexo 10 da Lei
342 Complementar 095/2012, a palavra “somente” deva ser modificada para “exceto”,
343 deferindo a solicitação do interessado. O conselho acompanhou o parecer da câmara
344 temática, sendo aprovado por unanimidade.

345 4º - **Processo nº 421936** – requerente: **Associação dos Trabalhadores Aposentados**
346 **Pensionistas e Idosos de Criciúma**. A câmara temática concluiu pelo indeferimento da
347 solicitação de modificação do zoneamento, por unanimidade, negando o uso pretendido
348 naquele terreno. O conselho acompanhou o parecer da câmara temática, sendo aprovado
349 por unanimidade.

350 5º - **Processo nº 422314** – requerente: **João Batista Topanoti**. A câmara temática concluiu
351 que deve-se encaminhar este processo a FAMCRI, para parecer em relação a permissão de
352 corte das espécies vegetais no local de execução futura da residência. O conselho
353 acompanhou o parecer da câmara temática, sendo aprovado pela maioria. Teve 04 votos
354 contra.

355 6º - **Processo nº 409425** – requerente: **Miguel Benincá de Souza**. A câmara temática
356 discutiu e concluiu que o zoneamento ZM2-4 deva ser levado até a Rua Pinheiro Alves. O
357 conselho acompanhou o parecer da câmara temática, sendo este aprovado pela maioria. 01
358 voto contra.

359 7° - **Processo nº421708** – requerente: **Sengetop Engenharia Ltda Me**. Foi retirado de
360 pauta de votação.

361 8° - **Processo nº 421818** - requerente: **Colonetti Construções Ltda**. A câmara temática
362 concluiu pelo indeferimento da solicitação de modificação do zoneamento, por
363 unanimidade, negando o uso pretendido naquele terreno. O conselho acolheu o parecer da
364 câmara temática, sendo aprovado por unanimidade.

365 9° - **Processo nº 421608**- requerente: **Rita de Cássia da Silva Resende**. A câmara temática
366 concluiu que a solicitação deva ser reconsiderada somente após a elaboração o plano de
367 manejo da Z-APA, na qual o imóvel está inserido. O conselho acolheu parecer da câmara
368 temática, sendo aprovado por unanimidade.

369 10 - **Processo nº 423362**. requerente: **Igreja Vida para as Nações**. A câmara temática
370 concluiu que o interessado deva apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme a
371 legislação vigente, solicitando também que haja por parte da municipalidade um futuro
372 estudo de alteração de zoneamento nos terrenos próximos em virtude da proximidade com
373 o Parque das Nações. O conselho acompanhou o parecer da câmara temática, sendo
374 aprovado por unanimidade a questão do estudo de impacto de vizinhança. E a solicitação
375 de modificação de zoneamento ficará para uma futura reunião, após análise técnica do
376 órgão de planejamento.

377 11 - **Processo nº 314085** – requerente: **Tais Almeida Rodrigues**. A câmara temática
378 concluiu que deve-se encaminhar este processo para a FAMCRI para esta dar parecer em
379 relação as características ambientais e das espécies vegetais desta gleba, principalmente
380 onde o zoneamento é Z-APA. O conselho acompanhou o parecer da câmara temática, sendo
381 aprovado por unanimidade.

382 12 - **Processo nº 413706** - requerente: **Jadner Pierini**. A câmara temática discutiu que a
383 solicitação deva ser deferida, alterando o zoneamento de ZI-2 para ZM2-4, para as glebas
384 contíguas rua Frederico Zilli. Aprovado pela maioria. 04 votos contra.

385 O presidente do Conselho o advogado Juliano da Silva Deolindo agradeceu a presença de
386 todos. Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Maria Ângela Mattos lavrei a
387 presente ata, que depois de lida e aprovada, será por todos os presentes assinada.